

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 41**

No que se refere às funções da administração, assinale a opção correta.

- A** A função diretiva se exime de abordar questões relativas à liderança, focalizando aspectos concernentes à comunicação.
- B** A função de organização prescinde da análise de estruturas hierárquicas.
- C** A função de organização é equivalente à função de direção, pois ambas lidam com os aspectos imprevisíveis relacionados à consecução dos objetivos organizacionais.
- D** Planejamento é a função administrativa destinada a lidar com os cenários presentes e analisar os cenários passados.
- E** Os parâmetros de desempenho estão relacionados à função de controle, tendo proeminente papel na obtenção dos resultados organizacionais.

Questão 42

Em relação ao comportamento organizacional, assinale a opção correta.

- A** A dinâmica do comportamento organizacional é resultado de questões relacionadas a liderança, tecnologia e cultura, entre outros fatores intervenientes.
- B** A estratégia consiste em padrão perene de comportamento organizacional.
- C** O uso de tecnologias disruptivas pela organização exerce pouca ou nenhuma influência sobre o comportamento organizacional.
- D** A influência da pesquisa de clima organizacional sobre o comportamento organizacional é irrelevante.
- E** A existência de comportamento organizacional flexível e de liderança servidora é fator de garantia inequívoca do êxito organizacional.

Questão 43

Assinale a opção correta a respeito do ciclo PDCA.

- A** O teórico que concebeu o ciclo PDCA foi Ishikawa, que buscava uma nova abordagem para a gestão da qualidade.
- B** Devido a seu caráter incremental, o ciclo PDCA pode contribuir para a obtenção de melhoria organizacional contínua.
- C** A etapa de ação, contemplada no ciclo PDCA, diz respeito à execução primária do ato planejado, dispensando possíveis correções.
- D** O aspecto cíclico do PDCA existe para garantir que a organização atinja sua excelência de forma disruptiva.
- E** A aplicação do PDCA é imprescindível no nível estratégico da organização, devendo, entretanto, ser evitada em outros níveis organizacionais.

Questão 44

No que concerne à gestão de recursos materiais nas organizações, assinale a opção correta.

- A** Os itens classificados como matérias-primas permanecem enquadrados nessa classificação durante toda a cadeia produtiva, necessariamente.
- B** A gestão de compras deve ser realizada, prioritariamente, de forma terceirizada, principalmente no caso das atividades ligadas ao comércio de mercadorias.
- C** A gestão de estoques deve maximizar os investimentos em material estocado, visando à melhoria dos resultados organizacionais.
- D** O inventário de estoque deve ser realizado por iniciativa da organização e em período por ela determinado, independentemente dos aspectos legais ou de conformidade.
- E** O volume adequado dos níveis de estoque pode variar de acordo com o perfil organizacional e as necessidades sazonais, além de outros fatores conhecidos ou inéditos.

Questão 45

Caso a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, é cabível, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o ajuizamento de

- A** mandado de segurança coletivo.
- B** *habeas corpus*.
- C** mandado de segurança individual.
- D** *habeas data*.
- E** mandado de injunção.

Questão 46

Suponha que as seguintes situações tenham ocorrido ao mesmo tempo: a naturalização brasileira de Ana foi cancelada em decorrência de sentença transitada em julgado; Maria foi condenada por improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º, da CF; e Cláudio recusou-se a cumprir obrigação a todos imposta, bem como a cumprir prestação alternativa, em oposição ao que determina o art. 5.º, VIII, da CF. Com base nessa suposição, é correto afirmar que a perda dos direitos políticos se dará em relação a

- A** Maria e Cláudio, apenas.
- B** Cláudio, somente.
- C** Ana, Maria e Cláudio.
- D** Maria, somente.
- E** Ana, somente.

Questão 47

A preservação da ordem pública e a segurança em estabelecimentos penais competem

- A** à polícia civil e à polícia penal, respectivamente.
- B** à polícia penal, apenas.
- C** à polícia militar e à polícia civil, respectivamente.
- D** à polícia militar e à polícia penal, respectivamente.
- E** à polícia militar, apenas.

Questão 48

Conforme previsto no texto constitucional, integra tanto o Conselho da República quanto o Conselho de Defesa Nacional o

- Ⓐ ministro de Estado da Defesa.
- Ⓑ ministro do Planejamento.
- Ⓒ ministro das Relações Exteriores.
- Ⓓ ministro da Justiça.
- Ⓔ chefe da Casa Civil.

Questão 49

Frederico, oficial da polícia militar do estado X, cometeu crime contra patrimônio sob administração militar; Leonardo, sargento da polícia militar do mesmo estado, praticou, no cumprimento de suas atribuições, crime doloso contra a vida de um civil, que veio a óbito; João, cabo da polícia militar também do estado X, é alvo de ação judicial ajuizada em razão de ato disciplinar militar praticado por ele.

Nessa situação hipotética, a justiça militar do estado X será competente para processar e julgar

- Ⓐ Frederico e João, apenas.
- Ⓑ Leonardo e João, apenas.
- Ⓒ Leonardo, apenas.
- Ⓓ Frederico, Leonardo e João.
- Ⓔ Frederico, apenas.

Questão 50

Assinale a opção em que é corretamente citado princípio implícito da administração pública.

- Ⓐ moralidade
- Ⓑ publicidade
- Ⓒ proporcionalidade
- Ⓓ impessoalidade
- Ⓔ eficiência

Questão 51

No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em observância ao atributo da presunção de legitimidade, os atos administrativos podem ser executados diretamente pela própria administração pública, independentemente de autorização dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- Ⓑ Haja vista a prevalência do interesse público sobre o privado, os atos administrativos podem sempre ser anulados ou modificados, não se aplicando qualquer prazo decadencial.
- Ⓒ A administração pública pode anular ato administrativo editado em conformidade com a lei por razões de conveniência e oportunidade.
- Ⓓ Por meio do ato administrativo vinculado, a lei concede à administração pública a liberdade de escolher entre diferentes soluções para um problema, dentro dos limites estabelecidos por lei, conforme conveniência e oportunidade, para atender ao interesse público.
- Ⓔ A convalidação supre o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que foi praticado.

Questão 52

A faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades ou direitos individuais em benefício da coletividade denomina-se poder

- Ⓐ regulamentar.
- Ⓑ de polícia.
- Ⓒ normativo.
- Ⓓ disciplinar.
- Ⓔ hierárquico.

Questão 53

José, policial militar da PMDF, conduzia uma viatura durante operação de serviço, quando se envolveu em acidente de trânsito com Pedro, que dirigia seu carro particular.

Nessa situação hipotética, no que concerne à responsabilidade civil do Estado,

- Ⓐ independentemente da demonstração de dolo ou culpa de José, caso o Distrito Federal seja responsabilizado, haverá a possibilidade de ação de regresso em face do policial militar.
- Ⓑ caso fique demonstrada a culpa concorrente de Pedro para o acidente, a responsabilidade civil do Distrito Federal será atenuada, porém não excluída.
- Ⓒ a responsabilidade civil do Distrito Federal é objetiva, com fundamento na teoria do risco integral.
- Ⓓ para a responsabilização civil do Distrito Federal, há necessidade apenas de demonstração da ação ou omissão do agente José e do dano a Pedro.
- Ⓔ o Distrito Federal somente será responsabilizado se houver demonstração de dolo ou culpa de José, haja vista a predominância do interesse público sobre o interesse privado.

Questão 54

De acordo com o Decreto n.º 11.531/2023, a proposta de trabalho para a celebração de convênios ou contratos de repasse deverá conter, entre outros elementos mínimos,

- Ⓐ o cronograma físico e financeiro.
- Ⓑ a demonstração da compatibilidade de custos.
- Ⓒ a justificativa para a sua execução.
- Ⓓ o plano detalhado de aplicação.
- Ⓔ a descrição completa do objeto, das metas e das etapas.

Questão 55

No que se refere ao concurso de pessoas, assinale a opção correta com base no direito penal brasileiro.

- Ⓐ Para o concurso de pessoas, o Código Penal adota a teoria unitária ou monística, segundo a qual todos os concorrentes respondem pelo mesmo crime, ressalvadas circunstâncias pessoais.
- Ⓑ A participação de menor de idade, devido à sua inimputabilidade, impede o reconhecimento do concurso de pessoas, respondendo pelo crime apenas o(s) participante(s) maior(es) de idade.
- Ⓒ No concurso de pessoas, cada agente responde apenas pela execução que realizou, sem responsabilização pelos atos dos demais.
- Ⓓ A adesão ao crime após sua consumação, a exemplo da receptação de objeto adquirido por meio de furto, configura concurso de pessoas.
- Ⓔ No concurso de pessoas, é sempre aplicada a mesma pena tanto para autores quanto para partícipes do crime.

Questão 56

No que concerne ao indulto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para que o indulto produza efeitos após a sua concessão, é necessária a aceitação do condenado beneficiado.
- Ⓑ O indulto é modalidade de clemência concedida espontaneamente pelo presidente da República e extingue a punibilidade, conforme previsto no Código Penal.
- Ⓒ O indulto substitui a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.
- Ⓓ É requisito para a concessão do benefício de indulto o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- Ⓔ Para a concessão de indulto, consideram-se a duração da pena aplicada e o preenchimento de determinados requisitos, que devem ser objetivos.

Questão 57

Durante a madrugada de determinado dia, Carlos adentrou-se, pela janela, em uma residência sem causar dano, e de lá subtraiu objetos de valor. Antes de sair, ele foi surpreendido pelos moradores da referida residência, contra os quais empregou violência para assegurar a posse dos bens subtraídos. Em seguida, Carlos fugiu.

Nessa situação hipotética, Carlos praticou

- Ⓐ roubo próprio.
- Ⓑ invasão de domicílio e furto, em concurso material.
- Ⓒ furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.
- Ⓓ roubo impróprio.
- Ⓔ furto simples, com aumento de pena pela invasão da residência.

Questão 58

Suponha que um indivíduo, após invadir uma residência, empregue grave ameaça para subtrair bens, cometendo o crime de roubo. Com base nessa situação hipotética e nas regras de solução do conflito aparente de normas penais, é correto afirmar que esse indivíduo, após ser regularmente processado, deverá responder

- Ⓐ apenas pelo crime de violação de domicílio, que é mais grave que o de roubo.
- Ⓑ apenas pelo crime de violação de domicílio, pois o roubo é fato atípico nesse caso.
- Ⓒ pelos crimes de roubo e de violação de domicílio, aplicando-se o princípio da subsidiariedade.
- Ⓓ pelos crimes de roubo e de violação de domicílio, em concurso material.
- Ⓔ apenas pelo crime de roubo, uma vez que ele absorve o crime de invasão de domicílio, aplicando-se o princípio da especialidade.

Questão 59

Durante uma discussão, João sacou uma arma de fogo e atirou na direção de Marcos, tendo-o atingido no peito. Marcos veio a óbito antes de ser socorrido. Após a realização de perícia, confirmou-se que o tiro disparado por João fora a causa da morte de Marcos. No dia do crime, João fugiu, mas foi preso dias depois.

Nesse caso, João praticou

- Ⓐ homicídio culposo.
- Ⓑ lesão corporal de natureza grave.
- Ⓒ homicídio doloso consumado.
- Ⓓ homicídio privilegiado.
- Ⓔ lesão corporal seguida de morte.

Questão 60

Durante um plantão policial, o delegado de polícia civil responsável pela delegacia de determinada circunscrição policial tomou ciência de crime ocorrido em bairro fora de sua circunscrição, crime que poderia ensejar a propositura de ação penal pública incondicionada. Sem que houvesse situação de flagrante delito ou urgência, o delegado de polícia instaurou o inquérito policial e realizou diversas diligências investigatórias iniciais, entre elas, a oitiva de testemunhas. No dia seguinte, encaminhou os autos ao delegado de polícia responsável pela área onde ocorrera o crime.

Considerando a situação hipotética precedente e as disposições do Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.

- Ⓐ A instauração do inquérito policial é válida embora as diligências investigatórias praticadas sejam ineficazes, por ausência de competência funcional do delegado de polícia.
- Ⓑ O delegado de polícia agiu corretamente, pois a notícia do crime autoriza a instauração do inquérito policial, independentemente da circunscrição na qual o crime foi cometido.
- Ⓒ O inquérito policial deveria ter sido iniciado exclusivamente mediante requisição do Ministério Público, porque o fato delituoso ocorreu fora da área de atuação do delegado de polícia.
- Ⓓ A atuação do delegado de polícia fora de sua circunscrição é válida, pois a lei processual penal não exige urgência para a realização das diligências investigatórias iniciais.
- Ⓔ O inquérito policial instaurado e as diligências investigatórias realizadas são nulos, pois o delegado de polícia não possuía competência territorial para a apuração do crime e não havia situação de urgência que ensejasse sua atuação.

Questão 61

No âmbito de determinado processo penal, o juiz condenou o réu em decisão fundamentada exclusivamente nos elementos informativos colhidos durante a fase do inquérito policial, sem que estes tivessem sido reproduzidos no juízo criminal. Os elementos informativos colhidos durante o inquérito policial não se referiam a provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições do CPP,

- Ⓐ a ausência de contraditório no inquérito policial afeta a validade dos elementos informativos utilizados para embasar a condenação do réu.
- Ⓑ a condenação do réu é inválida, pois o juiz não pode fundamentá-la com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos no inquérito policial.
- Ⓒ a validade da condenação criminal do réu depende da homologação prévia do inquérito policial pelo Ministério Público.
- Ⓓ a condenação do réu é válida, pois o inquérito policial goza de presunção de veracidade absoluta.
- Ⓔ o inquérito policial equivale a prova judicial válida para a condenação do réu.

Questão 62

Em ação penal instaurada para apurar a prática do crime de homicídio, o único elemento que vinculava o agente ao crime era sua confissão, feita à autoridade policial fora de juízo e sem a presença de seu defensor. A ação penal foi instaurada após o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, com base exclusivamente na confissão informal do agente, que não a contestou.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no CPP,

- Ⓐ a confissão extrajudicial do acusado, por ter sido feita na ausência de seu defensor, é inválida e não é apta a fundamentar a sua condenação.
- Ⓑ a prova é válida, pois a autoridade policial é agente público regularmente investido.
- Ⓒ a confissão extrajudicial é suficiente para fundamentar, isoladamente, a condenação.
- Ⓓ a prova é válida, devido à ausência de impugnação pelo acusado.
- Ⓔ a prova não é válida, devido à ausência de contraditório na fase extrajudicial.

Questão 63

Durante investigação criminal, determinada testemunha afirmou ter presenciado a prática do crime e descreveu fisicamente o suposto autor do delito. No entanto, a testemunha não foi convidada a apontar o suposto autor entre outras pessoas fisicamente semelhantes, nem presencialmente nem por meio de fotografias. O delegado de polícia instaurou inquérito policial e, ao final, indiciou o suposto autor do delito apenas com base na descrição verbal da testemunha.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento pessoal realizado por descrição verbal dispensa a sua formalização se corroborado por outras provas.
- Ⓑ O reconhecimento pessoal não atendeu ao procedimento específico previsto no CPP, sendo, portanto, passível de nulidade.
- Ⓒ O reconhecimento fotográfico, por si só, dispensa o reconhecimento judicial.
- Ⓓ A ausência de formalidade no reconhecimento pessoal poderá ser suprida pela oitiva judicial da testemunha.
- Ⓔ O reconhecimento informal da testemunha é suficiente para justificar, isoladamente, o indiciamento e a eventual condenação do suspeito.

Questão 64

Durante o trâmite de ação penal pública, o ofendido apresentou ao juiz pedido de habilitação como assistente da acusação. O juiz, por meio de despacho, admitiu a habilitação do ofendido sem ouvir previamente o Ministério Público.

Tendo por base a situação hipotética apresentada e as disposições do CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz agiu corretamente, pois a admissão do assistente independe da oitiva do Ministério Público.
- Ⓑ Pessoa que seja corréu no mesmo processo pode intervir como assistente de acusação, desde que concorde com a imputação feita ao corréu principal.
- Ⓒ A intervenção do assistente de acusação só teria sido válida se tivesse ocorrido na fase recursal, não sendo admitida no curso do processo penal.
- Ⓓ Apesar de o despacho que admitiu a habilitação do assistente ser irrecurável, houve nulidade no ato de admissão, em razão de o Ministério Público não ter sido ouvido previamente.
- Ⓔ O requerimento do ofendido é cabível, porém a ausência de oitiva do Ministério Público é vício que poderá acarretar a nulidade do despacho que admitiu a habilitação.

Questão 65

Em relação às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de prisão em flagrante decorrente do descumprimento de medidas protetivas de urgência deferidas por decisão judicial, o delegado ou a autoridade judicial poderá conceder fiança ao agressor.
- Ⓑ Verificada a ocorrência do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, a autoridade judicial não poderá aplicar outras sanções legais além das previstas para esse crime, sob pena de infringir o princípio *non bis in idem*.
- Ⓒ Somente se configura o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência se a decisão judicial que as deferiu tiver sido proferida por juiz com competência criminal.
- Ⓓ As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pelo juiz, a pedido da ofendida ou a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.
- Ⓔ O juiz pode, quando necessário, conceder à ofendida, entre outras medidas protetivas de urgência, auxílio-aluguel, por período não superior a 6 meses, devendo seu valor ser fixado em função da situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida.

Questão 66

Com base na Lei n.º 12.850/2013, que dispõe sobre crime organizado, assinale a opção correta.

- Ⓐ A organização criminosa se caracteriza pela associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenadas e com divisão de tarefas, ainda que informal, com o objetivo de praticar crimes para obtenção de vantagem de qualquer natureza.
- Ⓑ Se houver a participação de criança ou adolescente na prática das condutas criminosas previstas na citada lei, a pena dos agentes será aumentada até a metade.
- Ⓒ Se a organização criminosa atuar mediante o emprego de arma de fogo, a pena dos agentes será aumentada em até 1/3.
- Ⓓ Admite-se como meio de obtenção de prova o acordo de colaboração premiada, sendo o início das negociações demarcado pelo recebimento da proposta para a formalização desse acordo, cuja celebração constituirá o marco de confidencialidade.
- Ⓔ A pena do agente que praticar as condutas previstas na referida lei será aumentada de 1/6 a 2/3 se o produto ou o proveito da infração penal se destinar, ainda que em parte, ao exterior.

Questão 67

Em relação aos crimes de tortura, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.455/1997.

- Ⓐ Os crimes de tortura são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- Ⓑ A condenação de um agente público pelo crime de tortura acarretará apenas a perda do cargo, da função ou do emprego público.
- Ⓒ Aqueles que forem condenados por crime de tortura, bem como aqueles que se omitirem diante da prática desse crime, deverão iniciar o cumprimento de suas penas em regime fechado.
- Ⓓ A condenação de um agente público pelo crime de tortura acarretará a interdição para o exercício de função pública pelo mesmo prazo da pena a ele aplicada.
- Ⓔ A referida lei não é aplicável ao agente que praticar o crime de tortura em território estrangeiro, ainda que a vítima seja brasileira.

Questão 68

Em relação às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, julgue os itens seguintes, conforme a Lei Maria da Penha.

- I Configura-se violência psicológica quando o agente pratica qualquer conduta que ofenda a dignidade da mulher por meio, por exemplo, da prática de injúria.
- II De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- III A violência física é caracterizada pela prática de qualquer conduta que vise controlar as ações da mulher, mediante ameaça, vigilância constante, perseguição contumaz, exploração e limitação do seu direito de ir e vir.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 69

Acerca de abuso de autoridade, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 13.869/2019.

- A A perda do cargo, do mandato ou da função pública é efeito automático da condenação por crime previsto na citada lei.
- B Aquele que exerce função, transitoriamente e sem remuneração, em órgão do Poder Judiciário é considerado agente público para fins de aplicação da referida lei.
- C Não se admite o ajuizamento de ação penal privada nos crimes previstos na referida lei, ainda que o Ministério Público não ofereça denúncia no prazo legal.
- D Os crimes previstos na citada lei são de ação penal pública condicionada à representação.
- E Inclui-se entre os efeitos da condenação pelos crimes previstos na citada lei a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por período não superior a quatro anos.

Questão 70

De acordo com a Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- A Verificada a existência de risco à vida da mulher em situação de violência doméstica ou familiar, caberá ao policial, em qualquer hipótese, afastar imediatamente o agressor do lar de convivência com a ofendida.
- B Feito o registro da ocorrência, nos casos de violência física contra a mulher, a autoridade policial deverá remeter, no prazo de 24 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência.
- C Feito o registro da ocorrência, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial deverá, de imediato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- D A autoridade policial que atender uma mulher em situação de violência doméstica deverá garantir a imediata proteção policial da vítima e comunicar o fato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário no prazo de 24 horas.
- E A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência durante o atendimento policial somente adotará as providências legais cabíveis quando da confirmação da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Questão 71

De acordo com o artigo 149 do Código Penal Militar (CPM), configura-se o crime de motim quando militares se reúnem com o propósito de

- A praticar, armados, violência contra pessoas ou bens públicos ou particulares, em locais sujeitos ou não à administração militar.
- B concertar-se com outros militares para a prática do crime de motim, antes de sua execução.
- C agir contra a ordem recebida de superior ou negar-se a cumpri-la.
- D aliciar outro militar para a prática do crime de motim ou revolta.
- E deixar de informar ao superior sobre a preparação de um motim ou revolta, ou, estando presente ao ato criminoso, não utilizar todos os meios ao seu alcance para impedi-lo.

Questão 72

Entre as penas principais previstas no artigo 55 do CPM, consta a de

- A morte.
- B multa.
- C suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- D reforma.
- E prestação de serviço comunitário.

Questão 73

De acordo com o artigo 123 do CPM, extingue-se a punibilidade

- A pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- B pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
- C pela reabilitação.
- D pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- E pela morte do ofendido.

Questão 74

De acordo com o CPM, caracteriza o crime de deserção

- A a ausência injustificada do serviço militar por mais de 8 dias.
- B a recusa ao cumprimento de ordem legal.
- C a divulgação de informações confidenciais.
- D o uso indevido de uniforme militar.
- E o abandono do posto de trabalho.

Questão 75

Considere a situação em que se encerrou o horário do turno de uma sentinela, o militar que deveria assumir o turno seguinte não a substituiu e ela, sem autorização, foi embora e não mais retornou. Nesse caso, segundo o CPM, a sentinela em questão cometeu o crime de

- A descumprimento de missão.
- B prevaricação.
- C retenção indevida.
- D abandono de posto.
- E omissão de eficiência da força.

Questão 76

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência dos tribunais superiores, compete à justiça militar da União

- I processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei.
- II decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- III processar e julgar os crimes militares cometidos por civis.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 77

Conforme as hipóteses de impedimento estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM), estará impedido de atuar no processo penal militar o membro do Ministério Público que

- A** seja amigo íntimo do acusado.
- B** seja credor do acusado.
- C** tenha atuado como defensor do acusado no mesmo processo.
- D** tenha aconselhado anteriormente o acusado.
- E** seja presidente de sociedade ligada ao acusado.

Questão 78

Consoante o disposto no CPPM, é competência da Polícia Judiciária Militar

- A** julgar os crimes militares em primeira instância.
- B** executar penas privativas de liberdade impostas pela justiça militar.
- C** apurar os crimes militares e sua autoria.
- D** legislar sobre normas de conduta militar.
- E** determinar a aplicação de penas disciplinares aos militares infratores.

Questão 79

De acordo com o CPPM, o inquérito policial militar (IPM) pode ser iniciado

- A** de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, sendo desnecessário observar a posição hierárquica do infrator.
- B** por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telefônica ou radiotelefônica, sem necessidade de confirmação posterior por ofício.
- C** por decisão do Superior Tribunal Militar (STM), nos termos do artigo 25.
- D** por intimação de juiz auditor militar, quando este entendê-lo necessário para a elucidação dos fatos.
- E** a requerimento da parte investigada ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal cuja repressão caiba à justiça militar.

Questão 80

Com base no CPPM, assinale a opção que corresponde ao prazo para a conclusão do IPM no caso de o indiciado estar preso.

- A** 10 dias
- B** 20 dias
- C** 30 dias
- D** 40 dias
- E** 60 dias

Espaço livre